

# Do lugar de maconheiro ao corredor dos movimentos sociais: a Marcha da Maconha em Recife

Marcílio Dantas Brandão<sup>1</sup>

## Resumo

Contando poucos anos de atuação no Brasil, o Movimento Marcha da Maconha está presente na cidade de Recife. Em referência a uma década de manifestações deste Movimento no município, o artigo analisa algumas mudanças que levam o autor a postular que tal Movimento tenha partido do lugar de maconheiro e chegado até o corredor dos movimentos sociais – ampliando sua própria causa de mobilização. Enfocando especialmente duas fases dessa história, o texto ressalta que a mudança de percurso da Marcha da Maconha é uma forte demonstração de que seu objetivo se ampliou e tem se guiado rumo a outras substâncias e problemas. Estruturado em cinco partes, além de introdução e conclusão, o *paper* aborda as noções de “lugar de maconheiro” e “corredor dos movimentos sociais” em Recife, descreve as fases de “ameaças” e “confirmação” da Marcha da Maconha nesta cidade, bem como apresenta o Coletivo Antiproibicionista de Pernambuco e as conclusões do autor a partir de alguns anos de observação participante desta experiência.

Palavras-chave: maconha; Marcha da Maconha; movimentos sociais; Recife.

## From the place of marijuana smoker to the social movements corridor: the Marijuana March in Recife

## Abstract

Counting few years of performance in Brazil, the Marijuana March Movement has been present in Recife city. In reference to a decade of manifestations of this Movement in the municipality, the article analyzes some changes that lead the author to postulate that this Movement has moved from the place of marijuana smoker to the corridor of social movements – expanding its own cause of mobilization. Focusing especially on two phases of this history, the text points out that the change in Marijuana March path is a strong demonstration that its goal has expanded and has been guided towards other substances and problems. Structured in five parts, in addition to introduction and conclusion, the paper addresses the notions of “place of marijuana smoker” and “social movements corridor” in Recife, describes the “threat” and “confirmation” phases of the Marijuana March in this city, as well as introduces the Anti-Prohibitionist Collective of Pernambuco and the author’s conclusions from a few years of participant observation of this experience.

Keywords: marijuana; Marijuana March; social movements; Recife.

---

1 Doutor em Sociologia e Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

## Introdução

O Brasil está no mapa das manifestações organizadas em nome do Movimento Marcha da Maconha (MMM) com objetivo de alterar normas proibitivas de transações com maconha. A primeira edição brasileira da Marcha da Maconha foi realizada em 2002, na cidade do Rio de Janeiro<sup>2</sup>. Em 2008, dez<sup>3</sup> ou onze<sup>4</sup> cidades brasileiras planejaram e divulgaram Marchas da Maconha, mas somente em Recife não houve decisão judicial que enquadrasse este ato no crime de apologia à droga. Em seguida, outras dezenas (talvez centenas) de cidades, nas mais diversas regiões do país, organizaram marchas homônimas e se viram enredadas em uma intriga judiciária que só se resolveu em junho de 2011 com a decisão do STF favorável à realização de qualquer manifestação de opinião análoga à Marcha da Maconha (STF, 2011).

Para o caso específico de Recife, remontei a um tempo mais adequado o surgimento de sensibilidades, argumentos e práticas relativas aos problemas com drogas (BRANDÃO, 2017). Assim, sei que não foi em 2008 que Estado e sociedade se viram provocados e acolheram demandas que contribuíram para configurar uma “arena” em que o tema dos direitos das pessoas que usam droga não é um tabu intransponível. Porém, devido aos limites deste texto, focalizo o período de efetiva realização da Marcha da Maconha em Recife, que se iniciou em 2008 e pode ser apresentado sob três fases: ameaças (2008-2011), confirmação (2012-2015)

e reinvenção (a partir de 2016)<sup>5</sup>.

Em referência à primeira edição da Marcha da Maconha em Recife, não encontrei registros de medidas impeditivas no âmbito judiciário ou policial. O juiz (Alípio Carvalho Filho) que julgou o processo sobre o tema, em 2009, mencionou um parecer do Ministério Público de Pernambuco (de autoria da promotora Andréa Karla Maranhão) (TV NOVA, 2009). Ele afirmou que, em 2008, o MP-PE entendera como desnecessária a proibição de tal Marcha. Assim, a primeira edição na cidade foi planejada, marcada, comunicada às autoridades e realizada sem nenhum empecilho judicial ou policesco. A segunda edição não teve a mesma sorte e foi alvo de tentativa de impedimento por parte do mesmo Ministério Público. A partir de provocações de parlamentares evangélicos a outros oficiais do órgão, o MP-PE pleiteou o impedimento judicial por meio de medida cautelar visando à proibição da realização da Marcha da Maconha. Trata-se do Processo 001.2009.109617-1, do Poder Judiciário de Pernambuco (Comarca de Recife), julgado no âmbito da 2ª Vara dos Feitos Relativos a Entorpecentes que, em caráter pioneiro no país<sup>6</sup>, não proibiu a realização daquele ato depois da solicitação por parte de agentes estatais contrários aos objetivos almejados pelo MMM.

Não apenas na primeira e segunda, mas em todas as edições desta Marcha em Recife, os membros das polícias têm agido de acordo com as determinações legais e judiciais. Lembrando frequentemente algumas regras do jogo da manifestação em espaço público, eles

2 Disponível em: [http://cannabis.shoutwiki.com/wiki/Global\\_Marijuana\\_March\\_2002\\_map](http://cannabis.shoutwiki.com/wiki/Global_Marijuana_March_2002_map). Acesso em: 28 de ago. 2016.

3 Segundo o Portal G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL452646-5598,00.html>. Acesso em: 15 de ago. 2016

4 Segundo Santos (2014).

5 Como este não é um texto exatamente sobre maconha, deixo apenas referências para quem se interessa sobre o tema. Para a história da maconha, Robinson (1999). E sobre a maconha no Brasil, tomo a liberdade de referenciar textos de minha própria autoria (BRANDÃO, 2014 e 2016), pois são recentes e analisam algumas controvérsias que escaparam à argúcia de outros estudiosos.

6 Já havia processos relativos ao tema em outros estados do Brasil, mas – como afirma Otero (2013, p. 17) – não eram solicitações de impedimento, mas demandas dos próprios organizadores que, demonstrando a possibilidade de prisão dos manifestantes, solicitavam habeas corpus preventivo. O pleito dos organizadores da Marcha da Maconha já tinha sido atendido pelo menos no Rio Grande do Sul (em 2008 – Processo HC 91.080.118.354, de autoria de Salo de Carvalho e Mariana Weigert), mas em Pernambuco houve (em 2009) o primeiro processo (e uma das poucas decisões judiciais), cujo resultado autorizava a Marcha da Maconha em detrimento da solicitação de impedimento.

tentam e – em alguma medida – conseguem controlar a ocupação das ruas por onde passa essa manifestação<sup>7</sup>, bem como ressaltam a possibilidade de incriminação e detenção por apologia e tráfico de maconha. Esta performance policial antes, durante e até depois da performance dos marchadores foi mais percebida no início dessa história, na fase que denomino de “ameaças”, mas – em menor frequência – persiste até o presente.

Apesar da legislação relativa aos direitos civis e políticos ser a mesma para todo o território nacional e não ter passado por mudanças substanciais durante o período enfocado, a Marcha da Maconha estava sendo proibida em várias cidades brasileiras, mas na capital pernambucana, destarte a tentativa de parlamentares e promotores de Justiça, ela foi executada em 2008 e vem acontecendo de modo ininterrupto desde então. Assim, uma questão que motiva este trabalho é tentar entender “Por que a Marcha da Maconha nunca foi proibida em Recife?”. Como resposta que estrutura o argumento central deste texto, postulo que esta história se deve bastante à circunscrição inicial do Movimento local a um lugar específico.

### O “lugar de maconheiro”

Em 2008, não havia muitas reuniões para discutir a operacionalização da Marcha da Maconha em Recife. Isso não significa que ela ocorresse de forma desorganizada, pois seus protagonistas aproveitavam diversas ocasiões para tratar do tema e tomar decisões. Uma primeira decisão importante foi “fazer [a Marcha] num lugar de maconheiro” (entrevista

Gojoba, 19/05/2016), o que se baseou na ideia de que se alguém apontasse: “Oh, ali tá cheio de gente fumando maconha’ [...] a gente podia dizer ‘Não, pô, eu fumo aqui todo final de semana” (entrevista Gojoba, 19/05/2016).

Segundo Leite (2007), reconhecer um determinado perímetro espacial como “lugar” pressupõe o compartilhamento de significados por um grande número de seus frequentadores. Assim, as fronteiras de um lugar podem se estabelecer de modo físico ou simbólico, pelos limites objetivos de circulação ou por seus usos e limites simbólicos. Contudo, vale ressaltar que Leite (2007) não postula consenso absoluto no “sentido de lugar”; ele reconhece dissenso e conflitos internos por meio do que chama de “ruídos”. Neste sentido, o território identificado como “lugar de maconheiro” nas primeiras edições desta Marcha da Maconha é uma demarcação socioespacial ruidosa que ultrapassa bastante os limites do planejamento urbano e constitui um desvio do projeto gentrificador da área da cidade onde marchadores da maconha apresentaram suas reivindicações.

Depois de definirem o percurso em uma reunião no início de 2008, os organizadores daquela primeira edição resolveram pagar taxa ao órgão municipal que regula a ocupação do solo urbano, a Diretoria de Controle Urbano (DIRCON)<sup>8</sup>. Fizeram este pagamento nos últimos dias da semana que antecedeu a passeata. Em seguida, difundiram informações, especialmente para jornalistas, com o fito de fazer com que os principais veículos de comunicação repercutissem a notícia. Alguns jornais efetivamente transmitiram a informação<sup>9</sup>, devido ao caráter inovador da manifestação ou, talvez,

8 A DIRCON prevê o recolhimento de tributos por manifestações organizadas em espaços públicos de Recife. Os organizadores da Marcha da Maconha nesta cidade pagaram esta despesa, conforme seus próprios relatos e notícia veiculada pelo grupo Jornal do Comércio em 02/05/2008, sob o título “Organizadores da Marcha da Maconha no Recife pagaram até taxa na DIRCON”. Disponível em: [http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2008/05/02/organizadores\\_da\\_marcha\\_da\\_maconha\\_no\\_recifepagaram\\_ate\\_taxa\\_na\\_dircon\\_r\\_5200\\_20190.php](http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2008/05/02/organizadores_da_marcha_da_maconha_no_recifepagaram_ate_taxa_na_dircon_r_5200_20190.php). Acesso em: 13 de jun. 2012.

9 Dois dos maiores jornais de circulação estadual, o Jornal do Comércio e o Diário de Pernambuco noticiaram a previsão de realização deste evento, bem como a imprensa nacional difundiu que “A Marcha deve acontecer apenas em Recife (PE)” (Portal G1, 03/05/2008). Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL452646-5598,00.html>. Acesso em: 15 de ago. 2016.

pelo fato apontado por um polêmico sambista recifense que afirma que muitos jornalistas “adoram a massa” (João do Morro – “Lado B do jornalista”<sup>10</sup>).

Este e os quatro anos seguintes correspondem ao que denomino “fase de ameaças” da Marcha da Maconha em Recife. O local de encerramento destas quatro primeiras edições locais da Marcha foi a Rua da Moeda, no bairro Recife, atualmente conhecido como “Recife Antigo” ou simplesmente “Antigo”, que, como disse Gojoba, “depois do movimento *mangue-beat* virou *point*, o Antigo virou *point*, pô, ali, a Tomazina, a Rua da Moeda; a Rua da Moeda é simbólica, né, Seu Rainha, a Soparia [...]” (entrevista Gojoba, 19/05/2016). E, frente a outras sugestões que demandavam uma manifestação à beira-mar, na Avenida Boa Viagem, prevaleceu a ideia de se encontrar e marchar em trechos da cidade que já fossem reconhecidos como “lugar de maconheiro” – era uma forma de evitar problemas e repercussões negativas. O encerramento era o momento previsto para a maior concentração de manifestantes, pois seria ao final da tarde e daria tempo para a chegada de eventuais retardatários ou desavisados que estivessem pela área e resolvessem aderir ao ato. Devido a esta intenção e à expectativa de maior público, o local escolhido para o encerramento foi “A Rua da Moeda, que tem essa simbologia de liberdade, liberdade, porque já é uma zona mais escancarada [...] isso aí é parte da tática [de pensar onde pode ter uma repercussão favorável]” (entrevista Gojoba, 19/05/2016).

O “Antigo” tem diferentes polos de uso: muitos prédios de administração de serviços públicos situados no Cais do Apolo (Prefeitura, TRF, Polícia Federal e Superintendência do Banco do Brasil); área de moradia, como Favela do Rato e Pilar; o polo de consumo na Rua do Bom Jesus; um polo cultural que se estende da Praça do

Arsenal da Marinha, passando pelo Paço do Frevo, Torre Malakoff e chegando até o Cais do Sertão; um centro de convergência em torno do Marco Zero (Praça Barão do Rio Branco); e, finalmente, o polo cultural da Rua da Moeda. Deste último, vale destacar o surgimento sem intervenção planejada pelos poderes públicos, a partir do Bar Pina de Copacabana, de propriedade de um notável animador cultural conhecido como Roger de Renor, segundo Leite (2007, p. 265). Trata-se de uma corruptela do “Polo Alfândega”, planejado efetivamente pelos poderes públicos como sendo um dos polos culturais do que nos anos 1990 chamavam de “Novo Recife”. O “Polo Alfândega”, assim como a denominação “Novo Recife”, nunca chegou à “boca do povo”; o “Polo Moeda” foi que efetivamente ganhou atividades e discursos populares na virada do século XX-XXI, enquanto as figuras oficiais de “Polo Alfândega” e “Novo Recife” se limitaram a documentos administrativos e projetos de captação de recursos para uma dita “revitalização” do bairro.

Neste sentido, o Polo Moeda pode ser compreendido como lugar de refúgio em uma cidade que rende tributos ao capital. A alternativa foi reconhecida pelo poder público municipal e diversas iniciativas artísticas vêm sendo promovidas ou incentivadas pela Prefeitura nesse Polo desde os anos 1990. Deste modo, até o presente, o lugar abriga no Carnaval o Festival Rec-Beat e, nas festas juninas, apresentações de pequenas bandas, quadrilhas improvisadas ou artistas ditos “alternativos”, como D. Selma do Coco, Mestre Salustiano e a Banda de Pífanos de Caruaru. Outra característica particular é a inversão do sistema de segurança: “Enquanto no Bom Jesus a vigilância ocorria de fora para dentro, ou seja, ela era direcionada para quem não estava no eixo delimitado, no Moeda ocorria o contrário: a vigilância era exercida de dentro para fora” (LEITE, 2007, p. 267).

---

10 Na ausência de registros sobre a gravação desta canção em disco, referencio o áudio disponível no youtube.com. Disponível em: <https://youtu.be/b7lcwZsgk10>. Acesso em: 30 de ago. 2016. Reproduzo também um trecho da letra: “[...] jornalista tem uma vida babado, é muita fecheção / nos bastidores da mídia, é vida louca, rola tudo e rola pegação / [...] a turma puxa um beck pra tirar o estresse e espairer / Eu tou tirando essa onda / tirando onda com essa raça / de homens e mulheres e gays / de muitos que adoram a massa [...]”. Acrescento ainda que “massa” é um dos muitos sinônimos de maconha.

Constata-se, portanto, que não é nenhuma novidade que os frequentadores deste lugar de maconheiro busquem garantir sua própria segurança. E, dito isto, espero ter acrescentado elementos significativos para compreender porque o percurso dos marchadores da maconha em Recife nos primeiros anos de sua Marcha não se alterou muito. Ele foi concentrado por quatro anos no Recife Antigo. O trajeto percorrido foi de aproximadamente 800 metros nos três primeiros anos. O ponto de partida divulgado era a Rua do Apolo, em frente ao Bar Fogão. Apesar da divulgação deste mesmo endereço entre 2008 e 2010, a Praça do Arsenal da Marinha se tornou local de concentração e início da Marcha da Maconha em Recife. Nestes anos, o Marco Zero foi ponto de passagem dos manifestantes e o destino final foi sempre a Rua da Moeda, onde – como é de praxe – os muitos bares situados na região oferecem opções de lazer para os manifestantes que queiram se divertir ao final da passeata.

Este trajeto pode ser percorrido em, aproximadamente, dez minutos de caminhada, conforme exposto na imagem a seguir.

Figura 1: Percurso Marcha da Maconha Recife, 2008-2010



Fonte 1: Autor, 2019

## Fase de ameaças, 2008-2011

Apesar da primeira edição desta Marcha na cidade ter transcorrido sem tentativas de impedimento judicial ou policial, os anos seguintes sofreram estas ameaças, conforme relatei sobre 2009.

Em 2010, reagindo à provocação de um jornalista durante entrevista em programa de rádio, o recém-nomeado Secretário Estadual de Defesa Social, Wilson Damázio, declarou-se contrário à manifestação, como demonstra o relato de Neco Tabosa:

Cinco dias antes da marcha no Recife, o radialista Geraldo Freire recebeu no estúdio da Radio Jornal o Secretário – empossado há menos de uma semana na Secretaria de Defesa Social – o linha dura Wilson Damázio. No finzinho da entrevista, surge a provocação.

“O Senhor sabe que esse ano vai ter no Recife uma passeata chamada marcha da maconha? Que já tem data marcada e a organização já está distribuindo panfletos ensinando a fumar maconha?”

No susto, o Secretário engole a corda.

“Isso é uma atividade criminoso, a difusão desse tipo

de entorpecente é considerada crime pela nossa lei especializada da área. Vamos trabalhar junto com as Polícias Militar e Civil para que isso não ocorra. Não podemos, de forma nenhuma, concordar com esse tipo de manifestação. [...] Vamos fazer o possível para proibir”

O repórter Eduardo Machado puxa a corda lançada pelo companheiro e o Secretário dá uma rebolada pra não dizer nem sim nem não.

“Então está proibida a Marcha da Maconha no Recife?”

“[...] É dever da Secretaria de Defesa Social reprimir esse evento, no entanto, vamos consultar o Ministério Público sobre o tema e acatar a decisão que eles tomarem sobre o assunto” (TABOSA, 2010).

Assim que soube da declaração do chefe da segurança pública no Estado, Gojoba diz que resolveram ligar para a Secretaria e solicitar audiência com o titular da pasta. Não lembrando quem fez o telefonema, afirma que foram prontamente atendidos e – junto a Flávio Campos – debateu com o Secretário o que considerava ser um direito de manifestar opinião:

[...] a gente chegou lá e ele conversa e tal, educado, né, mas contra. E a gente: “É, mas é seu papel proibir?”. E ele: “Se vocês garantirem que ninguém vai fumar na marcha”. E a gente: “Mas num pode” e perguntou a ele “Tem quantos PM?”. E ele: “Tem cinquenta e tantos mil, tem outros da polícia civil”. [...] Ele falou quantos policiais tinha, acho que 6 mil ou 4 mil policiais civis. Aí eu disse: “É, o senhor tem quase 60 mil homens aí, armados, salário pago, com carro, num consegue fazer o pessoal parar de fumar maconha. Como é que a gente vai fazer? Isso num é papel da Marcha, da organização, impedir que as pessoas fumem maconha, é da polícia. O que a gente garante é que ninguém vai fazer apologia”. Esse era o debate que a gente fazia (entrevista Gojoba, 19/05/2016).

Apesar deste risco de impedimento, a Marcha continuou a ser realizada em Recife, incluindo pagamento de taxas à Prefeitura e comunicação de poucos jovens idealistas com

jornalistas e autoridades estatais. Os anos seguintes registraram novos impedimentos pelo Brasil afora, mas a marcha continuava ininterrupta na capital pernambucana.

Em 2011, nova tentativa de interdição foi iniciada por religiosos, que se congregaram a um vereador e um deputado estadual, para apresentar a demanda ao MP. A experiência deste órgão parece ter desencorajado os que tentavam cercar o MMM e provavelmente foi um dos motivos da ausência dos parlamentares no momento de produzir um “Termo de Ajustamento de Conduta” que adiou a manifestação em uma semana devido ao fato de haver uma ampla reunião pública planejada pela prefeitura municipal para o mesmo horário e local previsto pelos organizadores da Marcha.

Além das resistências externas, havia divergências no próprio Movimento. A decisão de fazer “uma Marcha ordeira, pacífica e legal” era uma das motivações de críticas internas dos marchadores que não aceitavam a orientação de negar o uso de maconha ou dizer que o Movimento estava de acordo com as leis. Deste modo, havia, e ainda há, no interior do MMM, pessoas que jamais aceitaram a recomendação de reservar o fumo de maconha para espaços e momentos diferentes da Marcha. Não reconhecem que esta postura seja adequada para expressar os interesses de quem vai à manifestação. Assim, não era evidente o sucesso dos organizadores na orientação de fachadas pessoais que convergissem com a fachada coletiva que estavam assumindo de acordo com a ordem, a paz e a legalidade.

Para complicar a situação, em 2009 havia surgido uma charge que ofendeu alguns marchadores, notadamente aqueles que já acumulavam insatisfação com a fachada legalista. A charge era acrescida de duas pequenas frases preparadas pelo cartunista Victor Zalma, como se reproduz a seguir:

Figura 2: Charge de Victor Zalma, convite 2009-2012



Fonte 2: Tabosa, 2010

Inspirada em personagens que acompanharam a primeira edição em Recife, a charge foi utilizada para ilustrar um convite em 2009. Abaixo do desenho, inseriam-se informações práticas, como data, hora e local da concentração. A gravura foi difundida como convite a cada nova edição da Marcha local até 2012, quando o acúmulo de contestações levou os organizadores a aboli-la de seus materiais de divulgação.

Atestando a preocupação dos organizadores em evitar que fumassem maconha durante a Marcha da Maconha, a imagem é uma boa demonstração de como ajustavam suas próprias performances e tentavam regular a de seus companheiros marchadores de modo a evitar que o MMM fosse associado a práticas ilícitas. Expondo vestimentas usuais para advogados e demonstrando desprezo para com uma figura estigmatizada que se aproxima do que Cavalcanti (1998) denomina “maconheiro bandeiroso”<sup>11</sup>, a charge apresenta o violento gesto de chutar um dos personagens e reproduz

palavras que indicam uma suposta adequação da Marcha a um tipo de gente. A gravura insinua ainda que os marchadores defendem a legalização da maconha e podem até ser identificados com ela por meio de máscara que esconda o rosto e exponha uma folha da planta, mas se vestem com rigor e não realizam contravenções legais durante suas manifestações em espaços públicos.

A produção desta imagem e seu uso pelos organizadores da passeata como parte de um convite à manifestação retrata uma compreensão aprofundada do que DaMatta (1997) apresenta como sendo constitutivo da organização social brasileira: a oposição entre o espaço público e o privado, a casa e a rua. Seja a casa identificada com quaisquer polos de classe social, como a Casa-Grande e a senzala, os sobrados e os mucambos analisados por Freyre, ou seja ainda uma das figuras contemporâneas do apartamento e do barraco, a casa é – no dizer de DaMatta (1997) – o espaço reservado à intimidade que caracteriza o indivíduo como pessoa, enquanto a rua e o espaço público, de maneira geral, nega a intimidade, ameaça e potencializa a exposição ao perigo, representando “em princípio, [algo] negativo porque tem um ponto de vista autoritário, impositivo, falho, fundado no descaso e na linguagem da lei que, igualando, subordina e explora” (DAMATTA, 1997, p. 42). Dizer “fique em casa” para um consumidor de maconha que não consegue passar uma tarde sem demonstrar que fuma é, de algum modo, uma forma de protegê-lo. Expor uma fictícia situação de agressão demonstra a ameaça presente na rua e reproduz o imaginário autoritário e estigmatizante que pesa sobre a figura do “maconheiro bandeiroso”. Por isso, entendo que a fachada manejada pelos organizadores como identidade coletiva nesta primeira fase de ameaças se aproxima circunstancialmente daquela professada de um modo geral pela sociedade resistente ao fumo da maconha.

A internet foi um meio importante para

11 “Bandeiroso” é uma categoria de pessoa que usa maconha e não se esforça para disfarçar. O termo é usado por Cavalcanti (1998) em oposição a “maconheiro oculto” e deriva da ideia de “dar bandeira”, isto é, demonstrar que faz algo que não é considerado normal de acordo com padrões legais.

debater esta charge e muitos outros aspectos que incidem na organização do Movimento. Por isso, a internet foi base para coleta de informações de outros observadores do processo de organização das Marchas da Maconha em Recife, como se depreende dos trechos das mensagens transmitidas por e-mail entre militantes e utilizadas pelo Ministério Público no processo de 2009.

Veja-se, primeiramente, o convite difundido por Gojoba:

Galera beleza, este ano estamos dando continuidade a organização do movimento anti proibicionista em nosso estado, a reunião vai rolar hoje as 19 h no DCE da universidade católica de PE. Só com organização e agindo coletivamente, vamos avançar em nossa luta pela legalização da maconha (*apud* CARVALHO FILHO, 2009).

Em seguida, vale destacar uma das respostas, apresentada como sendo de autoria de Álvaro Lobo:

Pô galera, na boa, não penso q esse assunto deva ser tão grande importância, pois todo mundo sabe q vai ter polícia, isso é uma grande bobagem, pois em toda a marcha sempre se fumou [...] É até legal q a sociedade veja que numa grande reunião de fumacê, não acontecem grandes problemas, pelo menos por parte dos maconheiros [...] (*apud* CARVALHO FILHO, 2009).

Outros que participaram da organização de algumas edições esparsas e criticaram muitas decisões implementadas pelo Coletivo Marcha da Maconha foram os ativistas do Coletivo Recife Resiste. Publicando um libelo contra as escolhas de organização no ano de 2011, criticaram desde data e local da manifestação até seu caráter festivo, supostamente despolitizado e de acordo com a legislação. Por fim, acusaram o Movimento de ser governista, como se pode constatar no trecho a seguir:

A Marcha da Maconha em Recife acontece uma vez por ano em dias de domingo no Recife Antigo. Esse

dado por si já aponta a festividade despolitizada da Marcha. Marchando de ponte em ponte numa cidade esvaziada, os participantes criam uma simulação de manifestação política que se completa num espetáculo oferecido às câmeras jornalísticas bem posicionadas pra captar a festa exótica. Enquanto isso nos microfones os “organizadores” insistem que se trata de um movimento ordeiro e pacífico, deixando nas entrelinhas que ao contrário de ser um movimento que incomoda o Poder é um movimento que o elogia. Por que inclusive a Marcha da Maconha parece ser um filho meio ovelha negra do Governo do Estado... (RESISTE, 2011).

Na sequência desta publicação, alguns membros do Coletivo Recife Resiste resolveram criar um espaço de discussões em plataforma digital que fosse além da troca de e-mails e que aproveitasse melhor uma rede social que estava se popularizando no Brasil: *o Facebook*. Assim, deram início nesta plataforma de comunicação a um grupo aberto sob o nome de “União de Coletivos da Marcha da Maconha Recife”, no qual era possível a qualquer interessado acessar e difundir informações, marcando novas atividades – além de reuniões para organizar a Marcha.

Em meio a tantas contendidas, a Marcha da Maconha venceu o que até o momento é visto como sendo a fase mais difícil para a manutenção das manifestações. Esta vitória decorre de muitos fatores, valendo destacar, da parte de seus protagonistas, a habilidade discursiva e a capacidade de difundir informações favoráveis ao direito de se manifestar, mas também o fato destes protagonistas da Marcha da Maconha de Recife terem trajetórias de destaque no meio político local.

### **Fase de confirmação, 2012-2015**

Até aqui, espero já ter demonstrado que, na fase de ameaças, o principal aspecto que mereceu destaque e favoreceu a continuidade da Marcha da Maconha em Recife foi a orientação geral de não fumar durante o evento. A partir da confirmação judicial do direito de realização desta



Marcha se iniciou uma transição importante. Progressivamente, o MMM ampliou suas causas de mobilização e se fez contrário a diversas formas de proibição. A autoidentificação de seus antagonistas favoreceu a percepção pública de uma identidade mais ampla para a Marcha da Maconha e, conseqüentemente, contribuiu para a fusão de outros insatisfeitos com o esforço conservador representado por lideranças religiosas que se opõem a esta Marcha.

Antes de abordar esta reinvenção do Movimento, vale dizer que – apesar da orientação de não fumar na Marcha, havia várias demonstrações de que os organizadores imaginassem que aquela orientação não seria plenamente seguida. Por isto, escolheram marchar inicialmente no “lugar de maconheiro”, bem como não assumiram nenhuma responsabilidade além de suas capacidades, atestando que não era papel da Marcha impedir que as pessoas consumissem o que quisessem, mas – ao mesmo tempo – assumindo uma postura legalista, ordeira, pacífica, conciliadora e democrática que favoreceu a difusão de suas opiniões favoráveis à maconha. Não obstante, as trajetórias pessoais dos primeiros protagonistas locais foi muito importante para que eles pudessem interagir com formadores de opinião e autoridades públicas. Uma síntese da fase de ameaças destaca, portanto, a capacidade de adaptação de falas e gestos dos protagonistas em função das diferenças situacionais; a fusão de parte do público e o engajamento de jovens líderes experientes no trato com gestores públicos e imprensa. Respectivamente, estes fatores asseguraram: verossimilhança das performances, oportunizando difusão de opinião favorável à maconha; formação de novas lideranças do Movimento em nível local, garantindo continuidade da ação após o afastamento

dos primeiros protagonistas; e, finalmente, desenvolvimento de estratégias de discurso, ação e interação que não fossem impraticáveis e não incriminassem as performances de reivindicação coletiva.

Parafrazeando o sambista Bezerra da Silva, pode-se dizer que a mensagem das primeiras Marchas da Maconha em Recife estava muito próxima da ideia de “apertar, mas não acender agora”. O que os organizadores pediam, nem sempre de modo gentil, era: “Se segura, malandro, pra fazer a cabeça tem hora”. A orientação se devia ao fato de saber que “Quando os home da lei grampeia, o coro come toda hora”<sup>12</sup>. A difusão da ideia de uma Marcha da Maconha sem maconha fez parte de uma performance adaptada para a imprensa e para aqueles que detinham autoridade. Para usar os termos de Goffman (1963), pode-se dizer que esta ideia era uma “fachada” manejada pelos organizadores com tal verossimilhança que convencia alguns daqueles com quem podiam antagonizar, mas também dava origem a críticas no interior do Movimento.

No período de ameaças, a Marcha consolidou sua fachada “ordeira, pacífica e em acordo com a legislação”. Considerando o modelo de “performance social” traçado por Alexander (2006), vê-se que o “sucesso” desta fachada performática é inquestionável, pois ela convencia àqueles que a acompanhavam ou eram informados sobre ela. Foi ainda neste período que a Marcha de Recife conquistou seu público que, ao menos em termos numéricos, manteve-se muito semelhante nos anos seguintes – apesar das fortes chuvas de 2014 e 2016. Vale ressaltar que o caráter ordeiro e sua correlata disposição de utilizar meios legais para promover uma alternativa em relação ao problema da maconha contribuiu para que algumas pessoas compreendessem que aqueles

---

12 Excertos da canção “Malandragem dá um tempo”, o hit de Bezerra da Silva no álbum “Alô malandragem, maloca o flagrante”, lançado em 1986, vendendo mais de 300 mil cópias. A letra é de autoria de Adelsonilton, Popular P e Moacyr Bombeiro, mas a interpretação mais difundida é, sem dúvida, a do sambista, nascido em Recife e radicado no Rio de Janeiro, que se tornou conhecido como “embaixador dos morros e favelas”. Muito ousado, Bezerra da Silva abordou temas polêmicos, como preconceito racial, corrupção política, criminalidade violenta, delação de bandido, seletividade penal e tráfico de drogas, notabilizou-se como defensor da maconha. Cf.: Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira. Disponível em: <http://dicionariompb.com.br/bezerra-da-silva/dados-artisticos>. Acesso em: 30 de jun. 2016.

que consomem maconha não fazem só isso nas suas vidas. Ademais, a performance “legalista” garantiu diálogos e algum nível de confiança de sujeitos que inicialmente eram muito resistentes às sugestões dos marchadores.

A multiplicação de Marchas no Brasil levou o debate a esferas superiores de mediação de conflitos: Ministério Público e Tribunais de Justiça foram acionados para impedir a manifestação em muitas cidades brasileiras até que o processo chegasse ao Supremo Tribunal Federal, por meio da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental número 187 (ADPF 187). Iniciada pela Procuradoria Geral da República, em julho de 2009, a ADPF teve início pela argumentação da Procuradora Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira postulando que a proibição da Marcha da Maconha violava os artigos 5 e 220 da Constituição Federal, garantidores dos direitos de expressão e reunião (STF, 2011). Assim, começou mais um longo processo na Suprema Corte nacional, cujo desfecho favoreceu o Movimento Marcha da Maconha – que saiu da contenda fortalecido com a decisão expressa pelo STF, em 15 de junho de 2011, declarando por unanimidade a legalidade de manifestações, como a Marcha da Maconha, cujo foco seja a reunião pacífica para difundir opinião.

A partir desta decisão da suprema corte jurídica nacional, mais de trinta cidades brasileiras testemunharam a realização de Marchas da Maconha apenas no ano de 2012. Em geral, estas manifestações não representaram ocasião especial para práticas ilícitas, tampouco este tipo de postura parece ter sido estimulado; realizaram-se passeatas mais ou menos volumosas e bonitas, bem como pacíficas na grande maioria dos casos. Porém, como os militantes recifenses

havam indicado ao Secretário de Defesa Social de Pernambuco, eles não tinham como garantir que não houvesse “consumo de entorpecentes” e é importante reconhecer que alguma maconha parece ter sido queimada nestes atos pelo Brasil afora. Por fim, vale dizer que foi possível constatar a presença de homens e mulheres oriundos de diversos segmentos sociais e classes etárias, cujas máscaras e fantasias se somavam às músicas, aos cartazes e às palavras de ordem para configurar manifestações criativas que tiveram bastante repercussão nos meios de comunicação de massa e internet.

Em Recife, o percurso da Marcha cresceu a partir de 2011, chegando à marca de 1,8 km, mas, como é possível observar na próxima figura, permaneceu muito próximo à região da cidade que fazia parte da tática relatada por Gojoba de se manifestar onde já havia grande concentração de maconheiros.

Apesar do trajeto ter continuado nas imediações do Recife Antigo, bem como a concentração e o encerramento continuarem no “lugar de maconheiro”, o novo percurso demonstrou que a Marcha da Maconha estava atravessando suas primeiras pontes na cidade. Estas pontes simbolizam o início da transição para uma fase de mudanças em que o direito de reivindicar novos direitos estava devidamente reconhecido. Podia-se esperar que os marchadores dessem um passo maior do que a obviedade que carecera de reconhecimento da cúpula judiciária nacional, mas não fizeram exatamente isso. A Marcha se manteve muito semelhante durante o período de 2012 a 2015, aqui denominado de “confirmação”. A preocupação de evitar fumo de maconha continuou presente. A busca de uma performance que não violasse pressupostos legais continuava como uma das principais

---

13 Ainda houve tentativa de impedir a manifestação em Manaus e Diadema. Segundo o sociólogo Renato Cinco, vereador na capital do Rio de Janeiro pelo PSOL (2013-2016) e envolvido com a organização da Marcha da Maconha nesta cidade, o comandante da Polícia Militar do Amazonas ameaçou pessoalmente os organizadores em Manaus. Já em Diadema, no interior de São Paulo, o prefeito Mário Reali (do Partido dos Trabalhadores) expediu ofício afrontando decisão do STF e proibindo a manifestação. No Rio de Janeiro, ao final da passeata, a ação da polícia provocou conflito com manifestantes e, em Belo Horizonte, houve problemas e dois ativistas foram presos. Cf.: CINCO, R. “Não Vamos nos Intimidar!”. In: HEMPADÃO. Disponível em: <http://www.hempadao.blogspot.com.br/2012/05/nao-vamos-nos-intimidar-observacoes-168.html>. Acesso em: 13 de jun. 2012.

Figura 3: Percurso Marcha da Maconha Recife, 2011 e 2012



Fonte 3: Autor, 2019

características da manifestação. A inovação mais significativa estava fora da Marcha, nos processos de organização e nas discussões que a precediam. Também seria legítimo imaginar que a garantia do direito de expressão, atraísse novos simpatizantes para a causa, mas isso não se verificou em termos numéricos.

Os protagonistas das primeiras edições estavam afastados. Marcílio Cavalcanti já não participava da organização desde 2010. Gojoba estava se envolvendo menos com as atividades do MMM porque se dedicava intensamente ao trabalho que realizava junto à Prefeitura. O jornalista Neco Tabosa, por sua vez, havia delegado suas atribuições a outras pessoas desde 2012. E a presença de Flávio Campos na organização passou a ser questionada no momento em que ele assumiu que disputaria um cargo na vereança da capital pernambucana, nas eleições municipais de 2012. Como ele afirmou sobre este período, constata-se que

[...] outros coletivos chegaram pra participar, chegaram pra construção da Marcha com muita agressividade, dizendo que num quer, que num pode, que partido num pode participar, quem é de partido num pode participar, que tá servindo de trampolim político pra muita gente, que essas pessoas têm de sair... enfim. Eu fiz: “Oh, quer saber? Eu num tou participando da Marcha pra tá discutindo se a minha participação é legítima ou num é legítima. Eu já dei minha contribuição pra esse movimento e agora toquem aí. Eu ajudo se puder e como puder, mas já dei minha contribuição

pra esse movimento”. E aí também dei uma afastada [...] (entrevista Flávio Campos, 15/05/2012).

Assim, abriu-se espaço para a emergência de novas figuras nesse processo organizativo. Os pioneiros não acompanharam de perto o que passou a ser bastante repellido naquele período: ideias e representantes de partidos políticos na organização e realização da Marcha. Referidos como “dinossauros” por alguns novos organizadores, parecia que o tempo daqueles havia realmente passado, mas – ao chegar na performance propriamente dita – víamos que eram os militantes de partidos políticos que melhor conheciam aquele palco e seus recursos. Por outro lado, a fase de confirmação marcou a diversificação de atividades e viu surgir um novo Coletivo.

### Coletivo Antiproibicionista de Pernambuco

Mais conhecido pela sigla CAPE, o Coletivo Antiproibicionista de Pernambuco nasceu, ao final do ano 2013, com um propósito mais amplo que o de seu precedente maconhista. A ideia se originou do desejo de instalar em Recife uma ambiência de ação coletiva de antiproibicionistas que não se limitasse aos momentos de Marcha ou aos encontros para organizá-la, pois, como disse Ingrid Farias, há

[...] potência em organizar reuniões pra organizar a Marcha [...] é importante pra que as pessoas se reconheçam organizando Marcha. Tem gente que

se reconhece organizando Marcha, tem gente que se reconhece fazendo lambe pra colar nas paredes das ruas. Então é importante ter esse coletivo que se reconheça como ativista pra construir esse espaço de rua, mas é importante também ter um coletivo pra construir o cotidiano, a luta diária [...] (entrevista Ingrid Farias, 01/07/2016).

Onovo coletivo assumia responsabilidades de organização da Marcha, mas demonstrava pretensões mais amplas. Dentre os principais atores do CAPE, destacavam-se figuras interessadas na construção de um movimento antiproibicionista muito próximo da luta antimanicomial que lançou as bases da reforma psiquiátrica no Brasil e, ao mesmo tempo, estava se arraigando a outras causas, como o feminismo e as reivindicações juvenis, mobilizadas principalmente por estudantes. Vale ainda acrescentar a identificação desse novo movimento com a reivindicação abolicionista de quem luta por um Direito Penal menos encarcerador. Construir simultaneamente estes movimentos correlatos, garantia a ativistas do CAPE a possibilidade de difundir as pautas de uns sobre os outros.

Juntos, estes ativistas colaboraram na redação de um manifesto antiproibicionista, divulgado em 16 de outubro de 2013, pelo *Facebook*, marcando o surgimento do CAPE. Dentre as ideias expostas naquele documento, há referências

[...] a um sistema viciado, com imensos lucros [...], aos policiais e governantes corruptos, que são parte da folha de pagamento do tráfico; aos interesses imperialistas dos Estados Unidos, presente militarmente em diversas partes do globo supostamente para combater o tráfico de drogas; ao Estado, que utiliza [a proibição] de maneira a segregar, encarcerar e mesmo assassinar setores excluídos da sociedade; ao setor financeiro internacional, sustentado por uma complexa rede de corrupção e lavagem de dinheiro; aos donos de clínicas, à indústria farmacêutica e das demais drogas lícitas, todos aqueles que lucram com a desinformação alheia (CARTA COLETIVO ANTIPROIBICIONISTA PE À SOCIEDADE –

16/10/2013).

A motivação de criação do Coletivo seria pensar e agir em alternativa a tudo isso. O documento se encerra com a declaração de que este Coletivo nascente é uma iniciativa “permanentemente aberta a novos membros e contribuições, organizado SEM hierarquia” para debater “argumentos moralistas e interesses econômicos” e “colocar a mão na massa para organizar outro tipo de sociedade” (CARTA COLETIVO ANTIPROIBICIONISTA PE À SOCIEDADE – 16/10/2013, caixa alta no original). A abertura às contribuições demonstra um caráter de constante reinvenção deste grupo que nasce – no *Facebook* em 27 de setembro de 2013 – como Coletivo Deslegalize, insinuando uma intenção de desobediência civil que esteve poucos dias presente em sua denominação, pois, em 04 de outubro de 2013, o perfil de *Facebook* teve nome alterado para os termos que o identificam até o presente: “Coletivo Antiproibicionista de Pernambuco”.

Antes de ganhar um nome, o grupo teve uma ação, da qual vale destacar reuniões presenciais e discussões em ambiente virtual, mas também um evento que é apresentado por vários de seus membros como sendo o marco inicial da ação do CAPE: uma audiência pública na Câmara Municipal de Recife, realizada por solicitação – e com o apoio – do vereador Osmar Ricardo (do PT) para discutir “Uso medicinal da maconha” a partir de intervenções do médico Rodrigo Cariri, do sociólogo autor deste texto, do então Delegado responsável pelo Departamento de Repressão ao Narcotráfico, Renato Melo, da redutora de danos Ingrid Farias e do vereador mencionado. Esta audiência aconteceu no dia 6 de maio de 2013, poucos dias antes da Marcha daquele ano e projetou seus organizadores para uma ação mais articulada. A partir dali, a presença dos membros do que viria a ser o CAPE não seria mais secundária na Marcha da Maconha, eles passaram a ocupar posições estratégicas, carregaram faixas, usaram bastante o microfone e foram referenciados em notícias que repercutiam o ato.

A entrada deste novo ator coletivo e, sobretudo, a atuação de novos petistas nessa performance fez com que a difusão da pauta maconhista nos órgãos públicos desenvolvesse um outro caráter. Não se tratava mais de percorrer guichês para comunicar percurso e pagar eventuais taxas, mas sim de articular com parlamentares e gestores públicos algumas condições de apoio à manifestação, suporte e garantia deste direito caso ele viesse a ser ameaçado. Assim, de 2013 em diante, a Marcha da Maconha de Recife deixa de pagar taxa e muda sua estratégia de comunicação com a gestão pública estatal, bem como se consolida um novo percurso que vem marcando esta manifestação desde a edição daquele ano.

### “Corredor dos movimentos sociais”

Dentre as ações realizadas pelo CAPE em seus primeiros anos de atuação, destaco debates realizados após a exibição de trabalhos audiovisuais, seminários temáticos, ações de redução de danos em festas e espaços públicos, organização e realização de manifestações coletivas em locais públicos, articulação de uma Frente Pernambucana de Drogas e Direitos Humanos e realização uma vez por ano, desde 2014, do Festival de Cultura Canábica.

As discussões a partir de trabalhos audiovisuais não eram propriamente uma novidade. Em anos anteriores foram organizadas exibições de filmes seguidas de debate, realizadas em diferentes locais da cidade, sob os nomes de “Cine Massa” e “Cine Sativa”, mas com o CAPE este tipo de atividade se tornou mais frequente, ultrapassou as fronteiras de Recife e ganhou um nome que se consolidou em meio aos ativistas: “THCine”. Além do nome, surgiram um logotipo próprio, alguns protagonistas e um projeto de sustentabilidade que envolvia captação de recursos públicos por meio de editais da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco para apoio a iniciativas de organizações sociais.

Os seminários vêm sendo realizados uma vez por ano, no mesmo mês em que se

dá a Marcha da Maconha. A primeira edição, realizada em 2014, aconteceu na semana anterior à Marcha, no grande auditório da faculdade das freiras católicas (Faculdade Frassinetti do Recife – FAFIRE). Os convidados para estimular o debate foram o mencionado delegado responsável pelo Departamento de Repressão ao Narcotráfico, a médica uruguaia Raquel Peyraube, a assistente social e professora da UFPE Roberta Uchôa e o médico pernambucano Rodrigo Cariri. Com capacidade para 450 pessoas, o auditório ficou completamente lotado com algumas pessoas sentadas nos degraus das extremidades e do corredor central do recinto. O governo estadual e uma prefeitura da região apoiaram o evento, garantindo passagem e hospedagem para a convidada estrangeira, bem como a reserva do auditório e uma pasta com papel e caneta para os participantes previamente inscritos. Em 2015, o maior apoiador do seminário antiproibicionista foi a FIOCRUZ, por meio do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, localizado em Recife, onde aconteceu a atividade com maioria de convidados da região e programação que se estendia das 13 às 21 horas do dia 29 de maio, um dia inteiro de chuva torrencial na região, alguns dias depois da Marcha daquele ano. Mesmo sob forte chuva, a atividade foi realizada com, aproximadamente, 60 participantes que resistiram – em grande maioria – até o final da programação. Entre os convidados externos daquele ano, estavam a advogada e professora da Faculdade Nacional de Direito (UFRJ), Luciana Boiteux, e o delegado de polícia do Rio de Janeiro, Orlando Zaccone. Em 2016, o seminário antiproibicionista foi na verdade o Encontro Nacional de Coletivos e Ativistas Antiproibicionistas, que durou três dias e reuniu mais de 400 pessoas de 19 estados do país, com apoio de órgãos do governo federal, partidos políticos, mandatos parlamentares, ONGs, redes de pesquisa e organizações internacionais.

As ações de redução de danos em festas e nas ruas têm acontecido em parceria com outros atores, desde o Governo do Estado (por meio do Programa Atitude), passando pela Prefeitura de Caruaru e empresas que organizam grandes festas conhecidas como *raves*. Neste

campo, também vale destacar a participação de ativistas pernambucanos em iniciativas de outros estados, notadamente Bahia e Ceará, bem como a colaboração de ativistas de outras regiões em atividades realizadas em Pernambuco.

A articulação da Frente Pernambucana Drogas e Direitos Humanos se iniciou antes mesmo que os participantes do CAPE tivessem lançado esta sua identidade coletiva. A Frente teve uma atuação importante até o ano de 2015, envolvendo atores muito diversos e demonstrando uma interação frequente e sistemática com movimentos sociais, notadamente aqueles dos campos antimanicomial, feminista, negro, e partidário, com destaque para Partido Pirata, PT e PSOL, mas também com eventual participação de membros do PSTU e PCB. Nesta Frente, profissionais da Psicologia tiveram papel importante.

A participação de lideranças do CAPE na articulação da Frente Pernambucana Drogas e Direitos Humanos fortaleceu os argumentos que os então petistas Ingrid Farias e Eduardo Nunes haviam defendido em encontro tático eleitoral do Partido dos Trabalhadores que em um mesmo ato, realizado em 2012, decidiu não lançar candidato próprio para disputar o Governo de Pernambuco e aprovou uma moção de apoio à legalização da maconha em votação apertada<sup>14</sup>.

Os Festivais de Cultura Canábica foram apresentações gratuitas de artistas que apoiam o MMM e concederam espetáculos para oportunizar a arrecadação de recursos necessários à realização das Marchas ou, após estas manifestações, para gerar ambiência de confraternização entre os ativistas.

O primeiro ano de existência do CAPE teve deslocamento e ampliação do percurso da passeata. A Marcha saiu do que Gojoba denominou de “lugar de maconheiro” para o que eu classifico como “corredor dos movimentos sociais”. Os marchadores passaram a percorrer um trajeto quatro vezes maior que o dos primeiros anos. Contudo, permaneceram características da

performance de colaboração com antagonistas e o percurso que, em 2013, previa passagem pela Ponte da Avenida Guararapes (Ponte Duarte Coelho) foi levemente desviado por orientação dos policiais militares que acompanhavam a manifestação. Os marchadores andaram um pouco mais e atravessaram o rio pela Ponte Princesa Isabel, sob a ressalva e a formação de um cordão de policiais que impediam a passagem pela frente do Palácio do Governo.

Nos anos seguintes, o final do trajeto oscilou, mas foi mantida a identidade com vários outros movimentos sociais que marcham apresentando suas reivindicações por boa parte deste mesmo caminho. Por isso, postulo que este percurso tenha se tornado uma espécie de “corredor dos movimentos sociais” que contestam o estado atual dos problemas sociais. Este corredor se estende da Praça do Derby até a Ponte da Av. Guararapes, atravessando uma área central da cidade pela Av. Conde da Boa Vista e atrapalhando a circulação de veículos em um dos principais eixos viários, que é a Av. Agamenon Magalhães. Por este caminho também marcharam, nos últimos anos, pernambucanos em defesa da democracia e contrários à deposição da Presidenta Dilma Roussef, mulheres que organizam e realizam a Marcha das Vadias, trabalhadores e trabalhadoras rurais que realizam o “Grito da Terra” e “excluídos” que fazem um ato de denúncia na data de comemoração da Independência do Brasil (o “Grito dos Excluídos”). O final de percurso destes movimentos varia bastante, mas a Praça do Derby e a Avenida Conde da Boa Vista têm sido fortemente marcadas por estas manifestações.

A articulação mais intensa com o movimento feminista trouxe uma nova pauta para o centro da passeata: o machismo. Em 2014, surgiu a faixa e a prática de realizar um encontro prévio de mulheres antiproibicionistas a partir do *slogan* “A guerra mata, o machismo também”. Discutindo e marchando juntas, estas mulheres agregaram uma dimensão provocadora

14 Disponível em: <http://noticias.r7.com/brasil/pt-de-pernambuco-aprova-mocao-de-apoio-a-legalizacao-da-maconha-23032014>. Acesso em: 05 de set. 2016.

Figura 4: Percurso - Marcha da Maconha Recife, 2013



Fonte 4: Autor, 2019

e incoerente com o ordenamento jurídico-institucional: algumas pixavam as ruas por onde passavam, deixando um rastro mais duradouro de “feminismo antiproibicionista” e, com isso, dividiam opiniões entre os próprios marchadores, levando alguns (a maioria homens) a se posicionar contrariamente e declarar que este tipo de atitude “não tem nada a ver”. Outros (muitas mulheres, mas também alguns homens) entoavam junto com elas “A revolução será feminista ou não será”.

A criação de alas também foi observada na fase de confirmação; além das mulheres antiproibicionistas, surgiram as alas da redução de danos e uma dita ala “terapêutica”. A primeira tem sido majoritariamente composta por profissionais e, eventualmente, beneficiários do Programa Atitude – estes profissionais marcham com seus uniformes de trabalho e deixam bastante clara a sua vinculação com um programa governamental. A ala terapêutica surgiu no mesmo ano de 2014, com a presença de crianças e jovens que fazem tratamento de saúde à base de medicamentos derivados da maconha, acompanhadas de parentes e profissionais que lhes prestam assistência, estas crianças e jovens não chegam até o final da passeata que desde aquele ano tem acontecido em dias de chuva, impedindo a continuidade de pessoas que têm a saúde debilitada.

Da ala terapêutica, veio uma declaração que em 2014 levou vários marchadores ao choro: uma jovem (que aparentava pouco mais de vinte anos de idade e tinha dificuldades de

expressão vocal e de locomoção) fez um discurso emocionado no momento de concentração, afirmando que passara treze anos sem poder caminhar e graças à maconha estava ali naquele dia disposta a marchar ao menos alguns metros. Ao final, ela deixou uma pergunta: “Como alguém pode ser tão cruel pra proibir que eu use o que me faz viver?”.

Em 2015, a presença de uma criança acompanhando uma parte da Marcha em uma cadeira de rodas conduzida por seus pais e pelo médico que lhe prescrevera medicamento à base de maconha foi outra marca forte do que está sendo chamado de ala terapêutica.

Finalmente, em 2016, a dita ala terapêutica foi uma das maiores e mais bem organizadas no momento de concentração; ela contou com participantes vindos do interior do estado e também da Paraíba, alguns (pelo menos dois) em cadeiras de rodas, todos vestidos com uma camiseta padronizada, tinham faixa e *banners*, deram entrevistas aos veículos de imprensa presentes, fizeram fotos com muitos outros marchadores, especialmente alguns que viriam a ser candidatos nas eleições daquele ano. Porém, a forte chuva que começou a cair ainda no momento de concentração, os impediu de acompanhar a Marcha propriamente dita.

As discussões que antecedem a passeata têm servido para atualizar e multiplicar os argumentos, bem como fortalecem laços entre ativistas; os seminários que colocam na cena atores de reconhecida autoridade neste campo

de ação têm alimentado, qualificado e difundido elementos presentes nas discussões prévias. Isto tudo somado aos muitos “elementos de valor” (para usar a expressão de TILLY, 2010[2009]) que ocupam a Marcha, principalmente em sua ala terapêutica, asseguram maiores possibilidades desta manifestação se manter na agenda midiática em uma época em que ela não é mais novidade nem parece mais associada a uma contravenção legal.

## Conclusões

Espero ter deixado claro que o Movimento Marcha da Maconha não se restringe à realização de Marchas da Maconha e seus ativistas em Recife (assim como em muitas outras cidades) organizam publicações, atos reivindicatórios, encontros de estudos e intervenções artísticas motivados pela ideia de abolir penas relativas a transações com droga. Inicialmente, uma única substância ocupava o centro dessas iniciativas e poderia fazer com que suas experiências fossem qualificadas de “canabistas” ou “maconhistas”, mas a temporada restrita à maconha durou pouco e, progressivamente, as ações destes sujeitos ultrapassam as barreiras das drogas e configuram uma atenção a problemas sociais ainda mais generalizados. O caso do Recife foi tomado como central devido à característica ininterrupta desta manifestação no local, mas também em função da proximidade do autor que – por meio da descrição de situações de que participou diretamente e objetivou cientificamente – postula que o deslocamento e ampliação da Marcha do “lugar de maconheiro” para o “corredor dos movimentos sociais” é uma característica devidamente identificada na capital pernambucana, mas também bastante provável no conjunto do MMM.

Surgida como reação a um estado de coisas considerado problemático, a Marcha da Maconha teve as condições de sua realização em Recife definidas sob a pretensão de se fazer possível e sustentável, por isso seus pioneiros produziram algumas táticas e estratégias conformes ao ordenamento legal e social. A primeira tática

significou a escolha de um “lugar de maconheiro”. Em seguida, apareceram as estratégias que moldaram a fachada da manifestação como “ordeira, pacífica e legal” – o que incluiu o polêmico convite para fumar maconha em “casa”. Porém, esta Marcha é parte de um Movimento e, portanto, está carregada de dinâmica. À medida que emergiam outras percepções sobre as possibilidades e limites de ação, surgiam novos discursos (incluindo argumentos, músicas, palavras de ordem e cartazes) e mudavam as práticas. Além disso, afastavam-se uns atores, agregavam-se outros; aqueles que continuavam sofriam muitas mudanças. Surgia, portanto, um novo elenco, com uma distinta ordem de apresentação no palco móvel desta performance. Assim, chegamos a um novo local de manifestação que atesta o crescimento da identidade do MMM com outros movimentos sociais.

Na fase de ameaças, surgiu o modelo de ação que descrevi como sendo “legal, ordeiro e pacífico” – reproduzindo uma classificação anteriormente difundida por um dos ativistas investigados. Este modelo perdurou por quase toda a era de confirmação. Em seguida, a emergência de novos atores à condição de protagonistas dessa performance agregou elementos que fizeram a experiência iniciar um período de reinvenção. Sem focar a fase de reinvenções, gostaria de concluir este texto ressaltando que a mudança de percurso desta Marcha é uma forte demonstração de que seu objetivo se ampliou fazendo com que esta manifestação se dirija rumo a outras substâncias e a problemas ainda mais generalizados. Esta mudança se deu porque os objetivos em relação à maconha foram parcialmente atingidos. Apesar de não haver mudança substancial das leis relativas à maconha no Brasil recente, nota-se que cresceu bastante a tolerância ao fumo de cigarros preparados com esta erva. Deste modo, vê-se que não é mais preciso se enclausurar em “casa” ou no “lugar de maconheiro” para poder fumar maconha. Assim, não precisando mais se ocupar de pensar e agir para restringir o fumo de maconha na Marcha da Maconha, os organizadores se liberam para inventar práticas



de reivindicar mudanças mais amplas.

Como me disse um dos ativistas locais em encontro casual após uma sessão de cinema, em agosto de 2016, parece que “finalmente a Marcha ficou interessante”. Eu acrescento que ela se tornou interessante para aqueles que querem mais que maconha.

### Referências bibliográficas

ALEXANDER, Jeffrey. Cultural pragmatics: social performance between ritual and strategy. In: ALEXANDER, J., GIESEN, B., MAST, J. L. (ed.). *Social performance: symbolic action, cultural pragmatics and ritual*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 29-90.

BRANDÃO, Marcílio Dantas. O problema público da maconha no Brasil: anotações sobre quatro ciclos de atores, interesses e controvérsias. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 7, N. 4, 2014. p. 703-740.

\_\_\_\_\_. Os ciclos de atenção à maconha e a emergência de um “problema público” no Brasil. In: MACRAE, E.; ALVES, W. C. *Fumo de Angola: cannabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade*. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 103-132.

\_\_\_\_\_. *Dito, feito e percebido: controvérsias, performances e mudanças na arena da maconha*. Tese (Doutorado em Sociologia). Recife: UFPE e EHESS, 2017.

CARVALHO FILHO, Alípio. *Despacho Processo 001.2009.109617-1*, 24/04/2009. Recife: 2ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes, 2009.

CAVALCANTI, Bruno César. *Danças e bandeiras: um estudo do maconhismo popular no nordeste do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Recife: UFPE, 1998.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5ª ed. Rio de

Janeiro: Rocco, 1997.

GOFFMAN, Erving. *Behavior in public places: notes on social organization of gatherings*. New York: The Free Press, 1963.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. 2ª ed. Campinas: Ed. da Unicamp; Aracaju: Ed. da UFS, 2007.

OTERO, Lorena. *Das ruas ao Supremo Tribunal Federal: a criminalização da Marcha da Maconha no Brasil*. Monografia (de Iniciação Científica). São Paulo: FGV/Escola de Direito, 2013.

RESISTE, Coletivo Recife. O que o Estado, a polícia e a ordem têm a ver com a Marcha da Maconha? *Recife Resiste*, 23/05/2011, 2011. Disponível em: <https://reciferesiste.wordpress.com/2011/05/23/o-que-o-estado-a-policia-e-a-ordem-temhaver-com-a-marcha-da-maconha/>. Acesso em: 15 de ago. 2016.

ROBINSON, Rowan. *O grande livro da cannabis: guia completo de seu uso industrial, medicinal e ambiental*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1999.

SANTOS, Victor. A legalização da ‘Marcha da Maconha’ em São Paulo. *Vaidapé*, 05/05/2014. [Online] Disponível em: <http://vaidape.com.br/2014/05/a-legalizacao-damarcha-da-maconha-em-sao-paulo/>. Acesso em: 13 de out. 2016.

STF. Supremo Tribunal Federal do Brasil. *Inteiro Teor do Acórdão – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 187 Distrito Federal*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2011.

TABOSA, Neco. Jornais tendenciosos: o desserviço da cobertura da marcha da maconha do Recife. *OmbudsPE*, 04/05/2010, 2010.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010. [2009] p. 133-

160.

TV NOVA. *Programa Pedro Paulo na TV, edição de 15/05/2009*. Tema: Marcha da Maconha. Convidados: Alípio Carvalho Filho (Juiz TJ-PE), Andréa Karla Maranhão (Promotora MP-PE), Cristina Mendonça (Gestora da ONG Casa de Passagem) e Neco Tabosa (Divulgador da Marcha da Maconha).